

## SUMÁRIO

*Prefácio da primeira edição* ..... 25

### **LIVRO I – OS FUNDAMENTOS E AS INSTITUIÇÕES FUNDAMENTAIS**

#### ***TÍTULO I – o direito processual civil***

##### ***Capítulo I – as grandes premissas***

1.	características e tendências do processo civil contemporâneo – o Código de Processo Civil brasileiro e a legislação extravagante ...	35
2.	solução imperativa de conflitos.....	42
3.	o direito processual civil.....	45
4.	direito formal, sem formalismo – as formas processuais como penhor da segurança e liberdade das partes.....	46
5.	direito processual e direito material .....	48
6.	dois planos distintos ( <i>infra</i> , n. 61) .....	50
7.	o direito processual material .....	51
8.	institutos processuais particularmente influenciados pelo direito material .....	56
9.	ramo do direito público .....	57
10.	o processo como ramo do direito público e a (relativa) indisponibilidade das situações processuais .....	58
11.	denominação.....	61
12.	a ciência processual civil.....	62
13.	a teoria geral do processo .....	63
14.	direito processual constitucional ( <i>infra</i> , n. 109) .....	66
15.	direito processual civil internacional ( <i>infra</i> , nn. 200 ss.) .....	66
16.	direito processual civil comparado ( <i>infra</i> , nn. 98-108) .....	68
17.	o ramo jurídico, a técnica, a ciência e a arte .....	69

18. o vocabulário da ciência processual e o necessário emprego da linguagem adequada ..... 71
19. instrumento ético e não puramente técnico..... 75

***Capítulo II – a lei processual civil – conceito, objeto e dimensões***

20. a norma processual civil e seu objeto..... 78
21. normas processuais e normas procedimentais ..... 81
22. as normas processuais como normas secundárias ..... 84
23. normas processuais civis cogentes ou dispositivas..... 84
24. fontes formais da norma processual civil..... 86
25. a Constituição Federal ..... 87
26. tratados internacionais..... 89
27. a lei processual..... 90
28. leis federais ordinárias..... 93
29. leis complementares federais ..... 95
30. Constituições e leis estaduais ..... 96
31. regimentos internos dos tribunais..... 98
32. as leis da arbitragem e da mediação..... 99
33. a jurisprudência como fonte do direito? uma questão polêmica a ser decidida com fundamento no direito positivo..... 105
34. a jurisprudência como fonte do direito segundo o ordenamento jurídico brasileiro da atualidade ..... 107
35. as súmulas vinculantes ..... 111
36. repercussão geral e julgamento de recursos repetitivos..... 112
37. conhecimento da lei processual..... 113
38. interpretação e integração da lei processual civil ..... 114
39. as dimensões da lei processual civil: normas de superdireito ..... 118
40. dimensão espacial da lei processual civil – territorialidade ..... 119

***Capítulo III – o Código de Processo Civil de 2015 e direito intertemporal***

41. dimensão temporal da lei processual civil: vigência e eficácia ..... 125
42. início e fim da vigência da lei processual civil ..... 126
43. eficácia da lei processual civil no tempo – regras gerais..... 128
44. a irretroatividade das leis processuais e sua aplicação aos processos pendentes ..... 129
45. regras gerais de direito processual civil intertemporal ..... 131
46. a vigência do Código de Processo Civil de 2015 e a revogação do antigo – a regência dos fatos posteriores pela lei nova – ressalvas ..... 134

47. preservação da garantia de tutela jurisdicional (remissão ao **direito processual material**)..... 138
48. irretroatividade da jurisprudência ..... 141

## *TÍTULO II – o acesso à justiça e a tutela jurisdicional*

### *Capítulo IV – os conflitos e a ordem jurídica justa*

49. tutela jurisdicional a pessoas ou grupos – ao autor ou ao réu –  
contra o **processo civil do autor**..... 144
50. processo civil de resultados..... 148
51. sistema de promessas e limitações ..... 150
52. a universalização da tutela jurisdicional e as ondas renovatórias... 153
53. acesso à justiça..... 155
54. os conflitos (crises jurídicas: infra, n. 68)..... 157
55. meios alternativos de acesso à justiça ..... 159
56. equivalência funcional – o valor social da conciliação, da mediação e da arbitragem..... 164

### *Capítulo V – os escopos do processo civil e a técnica processual*

57. superação da visão puramente jurídica do processo civil..... 167
58. o fundamental escopo social: pacificação..... 169
59. outro escopo social: educação..... 171
60. escopos políticos..... 172
61. o escopo jurídico do processo civil – as teorias unitária e dualista do ordenamento jurídico (*supra*, n. 6) ..... 175
62. escopos do processo civil e técnica processual..... 180
63. os processos, provimentos e procedimentos como *técnicas*..... 181
64. equilíbrio entre exigências contrapostas ..... 184
65. certeza, probabilidade e risco em direito processual civil..... 186

### *Capítulo VI – espécies de tutelas jurisdicionais e a realidade dos conflitos*

66. as situações da vida, o direito substancial e as técnicas processuais ..... 190
67. provimentos jurisdicionais ..... 191
68. as crises jurídicas e as tutelas cognitiva e executiva..... 193
69. tutela preventiva, reparatória ou sancionatória – tutela inibitória – tutela específica ou inespecífica (ressarcitória)..... 198
70. entre a tutela individual e a coletiva..... 200

71.	meios processuais adequados.....	201
72.	as tutelas provisórias.....	203
73.	tutelas jurisdicionais de urgência .....	205
74.	tutela da evidência .....	209
75.	tutelas jurisdicionais diferenciadas – cognição sumária.....	212
76.	escolha da tutela jurisdicional adequada.....	214
77.	espécies de processos .....	215
78.	disponibilidade e indisponibilidade nas escolhas .....	218
79.	o acesso à justiça pelos meios alternativos de solução de conflitos – a tutela jurisdicional arbitral.....	219

### ***Capítulo VII – a tutela jurisdicional coletiva e o processo coletivo***

80.	visão institucional e origens .....	221
81.	os processos coletivos na legislação extravagante ao Código de Processo Civil.....	223
82.	as ações civis públicas.....	225
83.	o microsistema da tutela coletiva.....	229
84.	a tutela jurisdicional coletiva e os institutos fundamentais do pro- cesso civil.....	230
85.	o âmbito de atuação das tutelas coletivas – direito de ação e inter- esse de agir (interesse-adequação) – direitos e interesses supra- individuais.....	230
86.	substituição processual, efeitos da sentença e coisa julgada .....	231
87.	jurisdição e competência .....	232
88.	as defesas admissíveis .....	234
89.	características do processo coletivo – o procedimento comum .....	234
90.	a sentença e seus possíveis efeitos .....	234

## ***TÍTULO III – o processo civil brasileiro***

### ***Capítulo VIII – o modelo processual civil brasileiro***

91.	sistema processual e modelo processual.....	237
92.	o direito processual civil e o mito das <i>famílias do direito</i> .....	238
93.	elementos relevantes para a identificação do modelo processual civil .....	239
94.	o pensamento jurídico-processual brasileiro.....	240
95.	elementos para a identificação do modelo processual civil brasi- leiro no plano constitucional e no técnico-processual .....	244

96. o modelo constitucional do processo civil brasileiro (*supra*, n. 14 –*infra*, nn. 109 ss.)..... 248
97. o modelo infraconstitucional do processo civil brasileiro (técnico-operacional)..... 250

### **Capítulo IX – processo civil comparado**

98. modelos processuais e o interesse pela comparação jurídica ..... 255
99. uma relevante peculiaridade do direito processual ..... 256
100. o direito comparado como método científico ..... 258
101. o direito processual civil comparado ..... 259
102. cautelas nas comparações processuais ..... 260
103. diversidade das fontes formais do direito processual ..... 260
104. diferentes regras sobre as fontes substanciais de direito processual ..... 262
105. organização judiciária..... 262
106. a índole do direito processual brasileiro ..... 264
107. diversidade de conceitos..... 265
108. a essência do direito processual civil comparado ..... 268

### **Capítulo X – os fundamentos constitucionais: princípios e garantias do processo civil**

109. processo e Constituição – o direito processual constitucional ..... 270
110. valor sistemático dos princípios – o processo como direito público..... 273
111. tutela constitucional do processo civil – princípios e garantias constitucionais ..... 276
112. princípios gerais e regras técnicas – os *princípios formativos do processo* ..... 278
113. os princípios constitucionais do processo civil (*princípios gerais*) 280
114. princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional..... 282
115. direitos subjetivos e interesses legítimos ..... 284
116. a imparcialidade do juiz e as garantias do juiz natural ..... 285
117. o juiz natural ..... 287
118. princípio da igualdade ..... 292
119. a garantia constitucional da igualdade e os privilégios do Estado no processo civil brasileiro..... 296
120. o princípio do contraditório e sua dupla destinação ..... 299
121. contraditório e partes ..... 299
122. o contraditório na execução..... 304

123. contraditório e tutela coletiva.....	305
124. contraditório e juiz.....	306
125. princípio da liberdade das partes.....	311
126. a liberdade, a disponibilidade da tutela jurisdicional e o valor do princípio inquisitivo.....	319
127. princípio da publicidade dos atos processuais.....	320
128. princípio do duplo grau de jurisdição – dupla vertente ( <i>infra</i> , n. 2.198).....	323
129. princípio do duplo grau de jurisdição – acesso aos tribunais.....	324
130. princípio do duplo grau de jurisdição – evitar saltos de jurisdição.....	328
131. exigência constitucional de motivação das sentenças e demais decisões judiciais.....	331
132. a convergência dos princípios e garantias constitucionais do processo civil: devido processo legal.....	333
133. o acesso à justiça como princípio-síntese e objetivo final.....	337
134. interpretação sistemática e evolutiva dos princípios e garantias constitucionais do processo civil.....	337
135. tutela jurisdicional aos princípios e garantias constitucionais do processo civil.....	340

**Capítulo XI – passado, presente e futuro do direito processual civil brasileiro: tendências**

136. três fases metodológicas na história do processo civil.....	343
137. os grandes mestres de direito processual civil (panorama internacional).....	347
138. a ciência processual civil brasileira na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX.....	358
139. Liebman, a <i>Escola Processual de São Paulo</i> e o moderno processo civil brasileiro – processualistas civis brasileiros do passado e do presente.....	363
140. sucessão histórica das fontes formais do direito processual civil brasileiro.....	374
141. entre o Código de 1939 e o de 1973 – dois Códigos substancialmente análogos.....	377
142. o constitucionalismo e a abertura para a perspectiva metajurídica do processo civil (a sétima fase da história do processo civil brasileiro).....	380
143. influências do processo civil da <i>common law</i> e os reflexos de uma integração latino-americana.....	382

144. o Código de Processo Civil de 2015 e a oitava fase do processo civil brasileiro ..... 387
145. tendências modernas do processo civil brasileiro: prognósticos e aspirações..... 388

### *TÍTULO IV – os institutos fundamentais*

#### *Capítulo XII – institutos fundamentais do direito processual civil (categorias processuais)*

146. dos fundamentos aos institutos fundamentais..... 397
147. jurisdição (*infra*, nn. 155-173) ..... 398
148. processo ..... 399
149. o objeto do processo e a lide ..... 400
150. ação e defesa ..... 401
151. demanda ..... 403
152. a jurisdição como instituto central do sistema ..... 403
153. os meios externos (provas e bens)..... 405
154. coisa julgada ..... 406

## *LIVRO II – JURISDIÇÃO*

### *TÍTULO V – jurisdição e poder*

#### *Capítulo XIII – a jurisdição civil*

155. conceito – a jurisdição no quadro do poder estatal..... 411
156. inevitabilidade ..... 414
157. definitividade (imunidade) ..... 417
158. atividade secundária ou primária ..... 418
159. dimensões da jurisdição..... 420
160. espécies da jurisdição estatal..... 422
161. jurisdição voluntária ..... 423
162. jurisdição civil ou penal ..... 427
163. jurisdição comum ou especial ..... 428
164. jurisdição inferior ou superior ..... 428
165. jurisdição de direito ou de equidade..... 429
166. unidade da jurisdição estatal e pluralidade dos órgãos que a exercem: competência ..... 431
167. territorialidade das normas sobre a jurisdição e seu exercício ..... 433
168. o Estado-juiz e os juízes no exercício da jurisdição ..... 433

169. impessoalidade, imparcialidade e indelegabilidade.....	435
170. poderes e deveres do juiz no exercício da jurisdição.....	438
171. limitações à jurisdição estatal e ao seu exercício – territorialidade	439
172. a jurisdição e as súmulas vinculantes.....	440
173. entre a jurisdição estatal e os meios alternativos de solução de conflitos.....	442

***Capítulo XIV – meios alternativos de solução de conflitos***

174. os meios alternativos de solução de conflitos (arbitragem, mediação e conciliação).....	443
175. os meios alternativos de solução de conflitos e o conceito de jurisdição.....	447
176. autocomposição e heterocomposição.....	448
177. a solução dos conflitos pela via da arbitragem.....	448
178. a solução dos conflitos pelas técnicas da conciliação ou da mediação.....	453
179. a conciliação e a mediação – distinções e convergências.....	455

***Capítulo XV – a jurisdição estatal e os demais Estados soberanos: competência internacional e cooperação internacional***

180. a competência internacional no quadro do direito processual internacional.....	458
181. autolimitação do poder por normas de direito interno – regime de legalidade.....	459
182. exclusão por inviabilidade.....	461
183. exclusões da competência do juiz brasileiro, impostas pela legislação de outros países.....	463
184. exclusão por falta de interesse.....	463
185. exclusão por razões de convivência internacional.....	464
186. a competência do juiz brasileiro no plano internacional.....	465
187. competência internacional concorrente.....	468
188. domicílio do réu.....	468
189. domicílio ou residência do credor (ações de alimentos).....	469
190. domicílio ou residência do credor em caso de devedor com vínculos patrimoniais no Brasil (ações de alimentos).....	470
191. país de cumprimento da obrigação.....	471
192. atos praticados no Brasil ou fatos aqui ocorridos.....	471
193. domicílio ou residência do consumidor.....	472
194. competência internacional exclusiva.....	472



195. imóveis situados no Brasil.....	473
196. confirmação de testamento particular, inventário e partilha (em sucessão hereditária).....	473
196-A. partilha de bens (em divórcio ou dissolução de união estável)....	474
197. prorrogação da competência internacional brasileira .....	476
198. extinção do processo .....	479
199. litispêndência estrangeira .....	480
200. os limites territoriais da competência do juiz brasileiro no plano internacional e a cooperação jurídica internacional.....	483
201. a cooperação <b>jurisdicional</b> e as cartas rogatórias .....	486
202. o auxílio direto.....	486
203. medidas urgentes concedidas por juiz estrangeiro.....	489
204. competência internacional e direito substancial estrangeiro .....	489

***TÍTULO VI – órgãos e organismos encarregados  
da jurisdição estatal***

***Capítulo XVI – os órgãos da jurisdição e sua independência:  
organização judiciária***

205. conceito e enquadramento sistemático – a tutela constitucional da organização judiciária.....	491
206. o Judiciário entre os <b>Poderes do Estado</b> .....	<b>493</b>
207. linhas mestras da organização judiciária.....	495
208. o conteúdo substancial das normas de organização judiciária .....	498
209. competência legislativa .....	498
210. a Justiça e a Magistratura .....	499
211. autonomia do Poder Judiciário e independência dos juizes .....	501
212. períodos de trabalho forense .....	504

***Capítulo XVII – os órgãos da jurisdição estatal:  
estrutura judiciária brasileira***

213. número fechado de órgãos jurisdicionais estatais.....	507
214. dimensões da estrutura judiciária brasileira.....	510
215. estrutura judiciária: o modelo brasileiro .....	511
216. órgãos de convergência e órgãos de superposição.....	513
217. as Justiças e sua estrutura .....	514
218. as descentralizações determinadas pela Constituição Federal.....	517
219. juízos singulares na jurisdição civil inferior .....	518
220. a composição dos tribunais .....	519

221.	a divisão judiciária brasileira: linhas gerais .....	520
222.	conceito de foro .....	523
223.	os foros em segundo grau de jurisdição .....	524
224.	os foros em primeiro grau de jurisdição.....	525
225.	juízos .....	527
226.	juízos da mesma espécie ou de espécies diferentes .....	528
227.	foros regionais, varas distritais e justiças itinerantes .....	530

**Capítulo XVIII – o estatuto constitucional da Magistratura e a independência dos juízes**

228.	o estatuto constitucional da Magistratura.....	531
229.	as carreiras judiciárias .....	532
230.	recrutamento de juízes.....	534
231.	o ingresso nas carreiras judiciárias: concurso .....	535
232.	outros modos de recrutamento .....	536
233.	o <i>quinto constitucional</i> .....	537
234.	diferentes níveis ou classes.....	538
235.	promoções alternadas por merecimento e por antiguidade .....	538
236.	remoções .....	541
237.	garantias dos juízes.....	542
238.	a tríplice garantia, sua legitimidade democrática e sua relatividade .....	543
239.	vitaliciedade.....	544
240.	inamovibilidade .....	546
241.	irredutibilidade de subsídios.....	547
242.	impedimentos dos juízes (imparcialidade) .....	547
243.	deveres e responsabilidades do juiz .....	551
244.	síntese das garantias, impedimentos e deveres .....	552
245.	a independência funcional do juiz.....	553
246.	o controle da Justiça e da Magistratura – o Conselho Nacional de Justiça e as Ouvidorias de Justiça .....	555
247.	Escolas da Magistratura.....	558

**TÍTULO VII – a distribuição do exercício da jurisdição estatal: competência**

**Capítulo XIX – o exercício da jurisdição estatal: competência (teoria geral)**

248.	a disciplina da matéria no Código de Processo Civil de 2015 (em comparação com o anterior).....	559
------	---	-----

249. competência – conceito e fundamentos – unidade da jurisdição e pluralidade dos órgãos que a exercem .....	561
250. concretização da jurisdição .....	564
251. normas sobre a competência .....	565
252. a determinação da competência: problemas a resolver .....	568
253. a determinação da competência: critérios – elementos da demanda e do processo ( <i>in statu assertionis</i> ) .....	571
254. elementos da demanda .....	572
255. partes .....	573
256. causa de pedir .....	574
257. pedido.....	575
258. o pedido e o processo .....	576
259. a natureza do processo.....	576
260. peculiaridades do procedimento.....	577
261. a interligação funcional entre processos ( <i>infra</i> , n. 265).....	578
262. associação de fatores .....	580
263. fatores convergentes ou divergentes .....	581
264. determinação da competência recursal .....	582
265. competência funcional ( <i>supra</i> , n. 261).....	584
266. competência <i>ratione materiae</i> , <i>ratione loci</i> ou <i>ratione personæ</i> ....	588
267. o esquema de Chiovenda no Código de Processo Civil de 1973 ...	589
268. a distribuição da matéria no Código vigente – cinco critérios básicos .....	591
269. prorrogação da competência relativa .....	592
270. prevenção ( <i>infra</i> , nn. 389-400).....	593
271. controle da competência ( <i>infra</i> , nn. 380-383).....	595
272. controle da competência: conflito de competência.....	597
273. controle da competência absoluta dos tribunais: reclamação.....	600
274. controle da competência absoluta e da relativa: confrontos ( <i>infra</i> , nn. 380-383).....	600
275. deslocamento da competência (direitos humanos) .....	601
276. o incidente de assunção de competência ( <i>infra</i> , n. 2.284).....	602
277. incompetência.....	604
278. foro, fórum, jurisdição, juízo, competência originária, Justiça competente.....	604
<b>Capítulo XX – competência dos Tribunais de superposição</b>	
279. os Tribunais de superposição e sua razão de ser (remissão).....	607

280.	tríplice competência – o Supremo Tribunal Federal, <i>guarda da Constituição</i> .....	608
281.	as missões político-institucionais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	610
282.	a competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	614
283.	a competência originária do Superior Tribunal de Justiça.....	617
284.	a competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	621

### **Capítulo XXI – competência da Justiça comum**

285.	competência de jurisdição.....	625
286.	Justiça comum e Estado federado.....	626
287.	competência da Justiça Federal.....	627
288.	competência dos juízos federais de primeiro grau.....	627
289.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: a União e suas emanações como partes.....	628
290.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: mandado de segurança contra ato de autoridade federal.....	628
291.	competência civil <b>ratione personæ</b> dos juízos federais de primeiro grau – exclusões e ressalvas.....	629
292.	juízes estaduais de primeiro grau no exercício da competência civil da Justiça Federal.....	632
293.	outros casos de competência civil dos juízos federais de primeiro grau.....	634
294.	competência civil dos Tribunais Regionais Federais.....	638
295.	competência civil residual das Justiças Estaduais e da Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	639
296.	competência dos juízes estaduais de primeiro grau (regras aplicáveis também aos juízes do Distrito Federal).....	640
297.	competência dos juizados especiais cíveis.....	641
298.	competência civil dos tribunais estaduais.....	643
299.	verificação da competência de jurisdição.....	646

### **Capítulo XXII – competência civil territorial**

300.	a disciplina da matéria no Código de Processo Civil de 2015 (em comparação com o anterior).....	648
301.	conceito de competência territorial.....	650
302.	fatores de ligação entre a causa e o foro.....	651
303.	foro comum e foros especiais.....	653

304. foros concorrentes .....	655
305. foros subsidiários .....	657
306. renúncia da lei à determinação do foro competente .....	657
307. o foro comum no processo civil brasileiro.....	658
308. a dimensão do foro comum (causas abrangidas).....	660
309. domicílio .....	662
310. domicílio legal das pessoas naturais .....	663
311. falsos foros especiais: incapaz, ausente, pessoa jurídica, agências ou sucursais e atos de gerência.....	664
312. foros comuns concorrentes .....	668
313. concurso entre foro comum e foro especial .....	669
314. foros especiais concorrentes entre si.....	670
315. foros subsidiários do comum .....	670
316. foros especiais: domicílio do guardião do filho incapaz.....	673
317. foros especiais: último domicílio do casal .....	675
317-A. foros especiais: vítima de violência doméstica e familiar.....	676
318. foros especiais: domicílio ou residência do alimentando .....	677
319. causas em que a União for parte como autora ou como ré.....	678
320. cont.: Fazenda Nacional – a dimensão desse conceito .....	681
321. cont.: entidades federais como partes perante juízos estaduais.....	681
322. os Estados federados e o Distrito Federal.....	682
323. foros especiais: situação do imóvel ( <i>forum rei sitæ</i> ) .....	684
324. foro da situação do imóvel: causas conexas .....	687
325. foro da situação do imóvel: <i>ações possessórias</i> .....	687
326. foro da situação do imóvel: improrrogabilidade do foro – ressalvas .....	690
327. foro da situação do imóvel: imóvel em mais de um foro (foros concorrentes) .....	692
328. foro da situação do imóvel: o problema das <i>execuções hipotecárias</i> .....	693
329. foros especiais: lugar do cumprimento da obrigação ( <i>forum destinate solutionis</i> ).....	695
330. foros especiais: lugar do ato ou do fato.....	698
331. foro do lugar do fato: demandas reparatórias em geral ( <i>forum delicti commissi</i> ).....	699
332. foro do lugar do fato ou do domicílio do autor: crimes e acidentes de veículos (concurso de foros especiais).....	702

333. ainda o lugar do ato ou do fato: mandato ou gestão de negócios ( <i>forum gestæ administrationis</i> ) .....	705
334. ações coletivas .....	706
335. juizados especiais cíveis – federais e estaduais .....	708
336. foros especiais: inventários e partilhas.....	710
337. causas correlatas ao inventário.....	712
338. inventários, partilhas e causas correlatas: normas exclusivamente de competência territorial.....	714
339. foros especiais: o lugar do principal estabelecimento (falências e recuperações judiciais) .....	715
340. causas deslocadas para a Justiça Federal (Const., art. 109, § 5º) ...	718

### ***Capítulo XXIII – competência de juízo***

341. conceito.....	719
342. competência de juízo.....	720
343. fontes legislativas .....	720
344. competência de juízo em primeiro grau de jurisdição: órgãos da mesma espécie ou de espécies diferentes.....	722
345. critérios de determinação da competência de juízo .....	723
346. critérios usualmente adotados .....	724
347. causas conexas.....	726

### ***Capítulo XXIV – competência interna dos tribunais***

348. conceito.....	728
349. fontes normativas.....	729
350. competência interna nos tribunais em geral.....	730
351. competência interna no Supremo Tribunal Federal.....	732
352. competência interna no Superior Tribunal de Justiça.....	733
353. competência interna nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais de Justiça.....	734
354. competências absolutas, salvo causas conexas.....	739
355. prevenções .....	740

### ***Capítulo XXV – competência absoluta ou relativa***

356. a disciplina da matéria no Código de Processo Civil – visão de conjunto .....	741
357. competência absoluta e competência relativa – conceitos .....	742
358. duas fundamentais razões divergentes de política legislativa .....	743

359. a prorrogação da competência e as normas que a disciplinam (normas modificadoras da competência) .....	746
360. prorrogabilidade da competência por vontade das partes, uma projeção do princípio constitucional da liberdade .....	748
361. competência absoluta ou relativa no sistema do Código de Processo Civil.....	749
362. a competência relativa no sistema do Código de Processo Civil ...	751
363. a <i>relatividade da relatividade</i> .....	752
364. prorrogação da competência relativa: hipóteses .....	753
365. conexidade entre demandas.....	753
366. prorrogação da competência por conexidade: razões de ordem pública, competência absoluta .....	754
367. prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência: regra de aplicação geral .....	758
368. prorrogação da competência por conexidade ou continência: causas e recursos excluídos (remissão).....	758
369. casos particulares de prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência .....	760
370. a prorrogação da competência dos tribunais .....	761
371. prorrogação da competência territorial por eleição de foro.....	762
372. eleição de foro: dimensão objetiva de sua admissibilidade e eficácia.....	763
373. eleição de foro: neutralização de sua eficácia por outros fatores mais poderosos de modificação da competência .....	767
374. eleição de foro: dimensão subjetiva de sua admissibilidade e eficácia .....	768
375. prorrogação da competência territorial por vontade unilateral do autor (foro do domicílio do réu).....	770
376. prorrogação da competência territorial por falta de oportuna alegação de incompetência (CPC, art. 65).....	773
377. a competência absoluta no sistema do Código de Processo Civil..	776
378. competências constitucionais: absolutas.....	778
379. competências absolutas extralegais.....	780
380. o regime jurídico da competência absoluta.....	781
381. declaração de ofício (CPC, art. 64, § 1º).....	782
382. alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição (CPC, art. 64, § 1º).....	785
383. o regime jurídico da competência relativa.....	787

384.	competência de juízo: absoluta ou relativa? .....	788
385.	competência de juízo <i>ratione materiae</i> ou <i>ratione personae</i> : absolutas .....	790
386.	competência de juízo por valor: relativa .....	791
387.	síntese da disciplina geral da competência absoluta e da relativa ..	793

### **Capítulo XXVI – prevenção**

388.	a disciplina da matéria no Código de Processo Civil de 2015 .....	797
389.	a prevenção e as normas de concentração da competência .....	798
390.	prevenção originária e prevenção expansiva .....	800
391.	a distribuição por dependência, um braço operacional do instituto da prevenção .....	801
392.	prevenção originária pela distribuição ou registro da demanda ....	802
393.	extinção dos efeitos da prevenção – o exaurimento da competência (CPC, art. 494) .....	805
394.	prevenção de um dos foros concorrentes .....	808
395.	prevenção para causas conexas, no mesmo foro ou em foros diferentes .....	808
396.	prevenção para causas incidentes ao processo .....	810
397.	prevenção e competência funcional .....	812
398.	prevenção abrangendo <i>ações principais</i> e <i>ações acessórias</i> .....	812
399.	prevenção nos tribunais .....	814
400.	prevenção para a fase de cumprimento de sentença .....	816

### **Capítulo XXVII – competência dos foros regionais**

401.	critérios variados para a determinação da competência dos foros regionais – três categorias de causas .....	817
402.	competência de juízo e competência de foro .....	819
403.	competência absoluta ou relativa .....	820
404.	normas estaduais de determinação da competência dos foros regionais e normas federais que regem as modificações da competência .....	822

## **TÍTULO VIII – o exercício da jurisdição civil: serviços paralelos**

### **Capítulo XXVIII – atividades paralelas ao exercício da jurisdição**

405.	a insuficiência da atividade jurisdicional .....	825
406.	serviços complementares e <i>funções essenciais à justiça</i> .....	826



**Capítulo XXIX – serviços complementares à jurisdição:  
os auxiliares da Justiça**

**§ 1º – conceitos e disciplina geral**

407. os serviços complementares: variedade e diversidade .....	828
408. os auxiliares da Justiça e seu regime jurídico geral .....	829
409. dever de imparcialidade, recusa, responsabilidade administrativa e responsabilidade civil .....	830
410. presunção de veracidade (fé-pública) .....	832
411. fontes legislativas .....	833
412. o regime jurídico-processual dos serviços complementares .....	834
413. os serviços complementares e os sujeitos que os realizam.....	836
414. os funcionários e órgãos do <i>foro extrajudicial</i> não são auxiliares da Justiça.....	840

**§ 2º – auxiliares permanentes da Justiça**

415. o escrivão ou chefe de secretaria e seus auxiliares, os escre- ventes .....	841
416. o oficial de justiça .....	843
417. o porteiro.....	844
418. o distribuidor.....	845
419. o contabilista (ou contador).....	845
420. o partidor.....	846
421. o depositário público .....	846
422. o administrador-depositário.....	847

**§ 3º – auxiliares eventuais da Justiça (de encargo judicial)**

423. o perito .....	848
424. o avaliador e o arbitrador.....	851
425. o inventariante .....	852
426. o administrador (na falência ou recuperação judicial).....	852

**§ 4º – auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes)**

427. entidades não vinculadas ao Poder Judiciário.....	853
428. a categoria dos auxiliares parajurisdicionais.....	857
429. o conciliador e o mediador .....	858
430. o juiz leigo .....	859

**Capítulo XXX – funções essenciais à justiça: o Ministério Público**

431. Ministério Público – valores democráticos e interesse público.....	861
---	-----

432.	as funções institucionais e os impedimentos fundamentais da Instituição .....	863
433.	a legitimidade do Ministério Público em normas infraconstitucionais .....	866
434.	posição institucional .....	868
435.	garantias e impedimentos – princípios – responsabilidade .....	869
436.	o controle do Ministério Público – o Conselho Nacional e as Ouvidorias do Ministério Público .....	873
437.	organização institucional .....	874

***Capítulo XXXI – funções essenciais à justiça: o advogado***

438.	o advogado, suas atividades privativas e sua indispensabilidade...	876
439.	o estágio, o estagiário e sua parcial capacidade postulatória.....	878
440.	o advogado e o cliente: o mandato e a procuração .....	880
441.	direitos e prerrogativas, deveres e responsabilidade – ética profissional.....	883
442.	o advogado-empregado .....	885
443.	as sociedades de advogados .....	886
444.	a Ordem dos Advogados do Brasil.....	888

***Capítulo XXXII – outras funções essenciais à justiça***

445.	funções desempenhadas por advogados .....	890
446.	Defensorias Públicas .....	891
447.	a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria da Fazenda Nacional.....	893
448.	as Procuradorias dos Estados e a Procuradoria do Distrito Federal .....	893